

MULHERES QUE AMAM MULHERES: PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE AUTO-RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE SOCIAL

*Aline da Silva Piason**

*Marlene Neves Strey***

RESUMO: O presente artigo é fruto de algumas reflexões da pesquisa realizada com mulheres que se identificam como lésbicas, com idades acima de 19 anos e residentes na cidade de Porto Alegre. O objetivo deste estudo é conhecer o processo de reconhecer-se lésbica e a vivência desta orientação sexual, bem como conhecer a percepção das participantes frente à visibilidade ou invisibilidade dessa orientação sexual na família e na sociedade. Utiliza-se nesta pesquisa, o enfoque dos estudos de gênero apoiados em teorias pós-estruturalistas. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas que, após serem transcritas, foram submetidas à análise de discurso. Os resultados apontam que assumir para si mesmas seus desejos sexuais por outra mulher envolve um processo de lutas e negociações entre as pressões externas e resistências internas; consideram necessário ultrapassar as experiências de invisibilidade a família e na sociedade, almejando serem respeitadas em seus direitos enquanto pessoas e cidadãs. Por fim, são feitas sugestões quanto à realização de intervenções psicossociais que visam promover o empoderamento destas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, orientação sexual, lésbicas, visibilidade.

* Mestre em Psicologia Social. Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS).
E-mail: alinepiason@uol.com.br.

** Professora da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Pesquisadora
CNPQ.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada com mulheres que se identificam como lésbicas, com o objetivo de buscar conhecer o processo de se reconhecer lésbica e a vivência dessa orientação sexual, enfatizando suas percepções frente à visibilidade ou invisibilidade de sua orientação sexual na família e na sociedade. Na realização desta pesquisa, consideramos, assim como Rosane Godoy (2008), que estudar as experiências e vivências em relação à sexualidade constitui um modo de contribuir para a relativização e o questionamento do modelo hegemônico de sexualidade (heterossexual) que, através dos discursos dominantes, acaba por ocultar as demais formas de vivência sexual em nossas relações sociais. Nesse sentido, busca-se igualmente problematizar o “pacto do silêncio” e o espaço da invisibilidade que as lésbicas ocupam em nossa sociedade machista e patriarcal.

Nas reflexões presentes em estudo realizado por Marlene Strey (2004), foram levantadas hipóteses, a partir de pesquisa realizada por Wolf Eicher (1978), de que as mulheres, em um período pré-histórico datado entre os anos 12.000 e 8.000 ac, poderiam ter vivenciado e gozado de plena liberdade sexual. Porém, tal fato permanece como hipótese sem comprovação. O que se reconhece historicamente é a presença do controle e da repressão dos impulsos sexuais femininos, principalmente diante do modelo proposto de uma família patriarcal, transformada em pilar de nossa sociedade. O que percebemos, então, é que essa visão misógina tem sido perpetuada na história da humanidade e transmitida de geração em geração até os nossos dias.

As mulheres foram historicamente descritas e narradas a partir da representação, dos desejos e do imaginário masculino. Seu corpo se produz nesse imaginário e adere às práticas que se articulam em espaços definidos, ritmos, formas de se vestir, gestos, olhares permitidos e proibidos. É fruto de um contexto social que cria, esquadrinha ou exclui. Fixadas em seus corpos e suas produções, as mulheres simbolizam a reprodução humana e a afetividade. Aparecem, durante muito tempo, não como sujeitos, mas como seres apropriados e utilizados socialmente frente ao poder e à dominação masculina. Assim, permanecem silenciadas no mundo da vida privada e familiar, sendo

impossibilitadas de expressar outras formas de criação (Colling, 2004; Strey, 2004; Swain, 2008).

As representações em relação às mulheres atravessam os tempos e estabelecem, através do simbólico, as diferenças entre os sexos. No discurso dominante, os valores ligados aos atributos físicos tais como força, tamanho, beleza, à divisão do trabalho em casa, à contribuição monetária na família, à autoridade do pai, à doçura da mãe, são constitutivos das representações que, ainda hoje, influenciam desde cedo o sentimento de pertencimento a um sexo determinado. Assim, tudo isso passa a ser “natural”, pois faz parte do ser sexuado e de sua imagem no mundo. Nesse sentido, a menina incorpora e é assujeitada pelas representações da “verdadeira mulher”, da qual a maternidade e o desejo do casamento são partes constitutivas (Louro, 1997; Swain, 2002). E a lesbiana, como Tânia Swain (2007) prefere denominar, insere-se nesse contexto social mediante a recusa de uma sexualidade imposta em seu processo de subjetivação e afasta os comportamentos estereotipados do ser mãe e esposa. Nesse sentido, até mesmo a maternidade se tornaria uma escolha, nunca uma imposição social ou “natural”.

Reconhecemos, nesse momento, uma possibilidade de crítica em relação à visão que supõe uma coerência entre sexo, desejo e sexualidade que foi concebida como “a verdade” em relação à natureza humana. Para romper com idéias universais e essencialistas sobre “ser mulher”, inicia-se um processo que possibilita pensar as categorias como natureza, sexo, corpo, raça e orientação do desejo a partir de uma perspectiva histórica, compreendendo que se tratam de noções criadas em momentos específicos da produção de conhecimento (Colling, 2004; Costa, 2002; Pereira, 2004). Assim, revela-se que a produção de identidades de gênero fixas corresponde aos interesses da sociedade que instituem a heterossexualidade compulsória e regulam a sexualidade dentro do domínio reprodutivo (Butler, 1998, 2003; Louro, 1997; Swain 2004, 2008).

Segundo Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado (2008), as normas que garantem a heterossexualidade podem não ser escritas nem explícitas, mas são sutis, onipresentes e inflexíveis. Fazem parte do contexto social em que o mais ligeiro deslize é recriminado e punido através de um

conjunto de disposições e práticas de controle e regulação do corpo-espécie, denominado por Michel Foucault de biopoder (1988). Nesse sentido, qualquer atitude que afaste a correspondência de um ser humano nascido com o sexo feminino de seu papel de gênero de mulher, em nossa sociedade heterocentrada e machista, acaba por ser extremamente vigiada e cobrada. Sendo assim, podemos compreender que a identidade lésbica é aprendida e representada em um processo de lutas frente ao objetivo de alcançar congruência e fluidez em relação ao que se está sentindo e vivenciando. Nessa perspectiva, Silvia Gomide (2007) comenta sobre a trajetória de construção da identidade lésbica. Diz envolver uma sensação subjetiva de ser diferente de pessoas heterossexuais, entender o significado homossexual desses sentimentos, aceitar os sentimentos e suas conseqüências para a sua identidade e ir ao encontro de pessoas semelhantes.

No entanto, Tânia Swain (2004) considera que existe um leque extenso de formas de ser lesbiana, de ter visibilidade, de afirmar uma resistência às normas, de reivindicar um estilo de vida, uma cultura, o pertencimento a um grupo e o direito à cidadania. Mas destaca que em termos de visibilidade, as lesbianas “femininas” não são identificáveis, não causam um impacto no olhar, já que não se distinguem das mulheres heterossexuais. “Talvez causem espanto, na circulação de boatos: quem diria, tão bonita, tão feminina, que pena!” (Swain, 2004, p. 6).

Guacira Louro (2005) também aborda em seus estudos a questão de que a lesbianidade pode se constituir em uma forma mais invisível, pois abraços, beijos, mãos dadas, a atitude de “abrir o coração” para a amiga/parceira são práticas comuns do gênero feminino em nossa cultura. A autora comenta, inclusive, que pode existir uma dificuldade no processo de reconhecimento, sendo que a intimidade cultivada nas relações de amizade entre mulheres e a expressão da afetividade por proximidade e toque físico obscurecem possíveis divisórias entre essas relações.

Os envolvimento amorosos e sexuais entre mulheres eram (e na realidade de muitas lésbicas ainda são) conhecidos como “o amor que não ousa dizer o nome” denunciado na obra clássica *A Epistemologia do Armário* (1990) da autora Eve Kosofsky Sedgwick. Como vimos até o momento,

vivemos em espaços em que imperam regimes discursivos de normatividade, violência simbólica e material. A invisibilidade policiada atravessa o processo de identificação, desidentificação e rearticulação, de construção de um novo discurso do eu, dos outros e do desejo (Britzman, 1996).

Débora Britzman (1996) aponta que os homossexuais, sejam gays ou lésbicas, acabam se envolvendo no dilema de revelar ou não aos outros sua orientação sexual. Aprendem a esconder os significantes da homossexualidade de quem não os tolera e, ao mesmo tempo, se questionam sobre como torná-los perceptíveis para aqueles que consideram importantes e que estariam interessados em reconhecê-los. Nesse sentido, reconhecemos que em estudos sobre a homossexualidade, a temática apresentada através da expressão “sair do armário”, ou seja, a questão de visibilidade ou invisibilidade social se faz presente como o centro de questionamentos e problematizações.

Para Míriam Adelman (2000), a maioria dos homossexuais ainda mantém a identificação de sua orientação sexual no anonimato, ou seja, como um segredo a ser mantido pelo risco de sofrer grande estigma social, rejeições familiares, marginalização social e perda de emprego. Mesmo entre as culturas norte-americanas e européias, que são reconhecidas como culturas de livre expressão, estudos realizados recentemente (Gedro, 2006; Suter et al, 2006) apontam que ainda é motivo de muita tensão para os homossexuais, em especial às lésbicas, a tomada de decisão quanto à proposta de revelar sua orientação sexual. O fato de assumir-se enquanto lésbica repercute na possibilidade de ficar vulnerável às violências de todos os tipos e, inclusive, ao risco da perda do emprego, que ainda é motivo de luta para as mulheres que conquistaram o mercado de trabalho e alcançaram o espaço público.

No Brasil, em pesquisa realizada por Caroline de Oliveira (2006), a maioria das lésbicas relata que é complexo viver sem o reconhecimento, a aceitação social e a proteção legal e que, ao mesmo tempo, assumir sua sexualidade implica em uma vida de embates, com dificuldades, medos, rejeições, aceitações parciais e isolamento familiar, pelo fato de, muitas vezes, não serem aceitas pelo pai e haver o distanciamento da mãe. Essa pesquisa aponta também para a relevância de se realizar estudos sobre a questão da lesbianidade, não somente para visibilizar a temática mas, principalmente, para

visibilizar as lésbicas, que não fizeram a opção de ser, mas sim de viver e expressar o seu desejo sexual e afetivo – assumindo ou não – sua orientação sexual.

Quanto às possibilidades de uma visibilidade social, considera-se que os movimentos homossexuais GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis), no Brasil, acabam por repetir o privilégio masculino evidenciado na sociedade mais ampla. As lésbicas, envolvidas nesses movimentos, acreditam que suas reivindicações e experiências continuam secundárias face às dos homens gays (Louro, 2001; Mott, 1987; Selem, 2007). Nesse sentido, James Green, em entrevista realizada por José Gatti (1999), assinala como necessário que mais estudos e pesquisas se voltem para a vida das mulheres brasileiras que amam e se relacionam sexualmente com outras mulheres, referindo que o mundo das lésbicas ainda é muito mais limitado pois, apesar de terem ocorrido alguns avanços, elas continuam possuindo menos acesso à vida pública. As pesquisas sobre representações sociais (Scardua & Souza Filho, 2006; Lacerda; Pereira; Camino, 2002) corroboram essa visão, apontando que os homens homossexuais se envolvem mais em movimentos de lutas e enfrentamentos da violência em espaço público e que as lésbicas ainda estão enfrentando dificuldades e vivenciando sofrimentos no âmbito familiar, centrando suas reivindicações e buscando a aceitação no espaço privado das inter-relações.

Os estudos e os movimentos realizados até o momento atual (Córdova, 2000, 2008; Godoy, 2001, 2008; Gomide, 2007; Pierucchi, 2001, 2008; Selem, 2006) apontam para a necessidade de se desconstruir e romper a invisibilidade histórica das lésbicas. Para viabilizar essa questão, considera-se que cabe a cada um (a) de nós desautorizar e deslegitimar as narrativas estabelecidas e proporcionar como centralidade a contestação às posições essencialistas e a-históricas sobre a “natureza feminina”, além de interrogar e questionar os discursos que tentam fixar identidades sexuais e sociais particulares, problematizando as narrativas que apresentam a heterossexualidade como uma evidência natural das mulheres (Todeschi, 2004).

Como nos diz Alain Touraine (2007), ser lésbica não pode ser considerado uma natureza em si, pois trata-se de uma experiência pessoal marcada por julgamentos sociais geralmente desfavoráveis, como todas as condutas que separam o prazer sexual da reprodução. As lésbicas

encontram-se em um constante “cruzar de fronteiras”, um remapeamento dos limites entre corpo e discurso, entre o mundo de fora e o mundo de dentro, em um contínuo engajamento do eu na realidade social (Swain, 2004). Ser lésbica, portanto, se traduz em uma multiplicidade de experiências complexas e potencialmente contraditórias (Braidotti, 1998).

É preciso dar voz a essa multiplicidade e diversidade. Para tanto, consideramos que os estudos de gênero podem se mostrar uma ferramenta importante nessa tarefa. Assim sendo, o referencial desse estudo situa-se nas teorias feministas e pós-estruturalistas, representado por autoras como Chantal Mouffe, Joan Scott, Judith Butler, Linda Nicholson e Teresa de Lauretis, que procuram romper com posições essencialistas e heterossexista, ou seja, que propõem uma perspectiva para além do binário sistema sexo-gênero (Pereira, 2004; Narvaz, 2005). Visualiza-se que gênero passa a ser utilizado como uma categoria de análise, a partir de um pensamento plural, que escapa dos argumentos biológicos e culturais da desigualdade, os quais sempre têm o masculino como ponto referencial, isto é, poder pensar em mulheres de diferentes classes, raça, religiões, idades, orientações do desejo, etc. (Louro, 1997). Consideramos esta perspectiva como facilitadora para a produção de novos questionamentos, tendo como objetivo contribuir no processo de desnaturalização de preconceitos presentes em nossa sociedade, que têm colocado as mulheres lésbicas na condição de “anormais”, “desviantes”, “transgressoras” e “pervertidas”.

A proposta desse estudo se aproxima das reivindicações feitas por Adrienne Rich (1980) às feministas americanas, no sentido de que ela já considerava importante a inclusão de experiências lésbicas nos estudos e nas reflexões de gênero, com o objetivo de enriquecer a leitura das experiências subjetivas das mulheres como um todo. Sentimos-nos à vontade para expor que escutamos, ao comentar a respeito do tema desta pesquisa, a seguinte declaração, advinda de pessoas com diversos níveis de instrução: “É, eu aceito estas relações, mas não entendo, acredito que vai contra a natureza”. E, assim, começamos a compreender que abordar este tema vai além de esclarecer ou informar a respeito da realidade e da vivência destas mulheres, trata-se de desconstruir verdades tidas como absolutas que interferem na construção da subjetividade (Góis, 2003).

De um modo abrangente, esse estudo se propõe a dar voz e visibilidade às mulheres lésbicas, uma vez que, assim como na pesquisa de Caroline de Oliveira (2006), identifica-se a existência de uma política de esquecimento e de silêncio sobre a multiplicidade das relações humanas, quer sejam sociais ou sexuais, que insiste em abafar a voz e invisibilizar estas mulheres como se não tivessem uma história a resgatar, um presente a viver com dignidade e um futuro melhor a reivindicar (Mott, 2003; Swain, 2000). E, como nos apresenta Denise Portinari (1989), considera-se que o silêncio presente na vida das lésbicas faz parte de um silêncio maior, que recobre o universo feminino como um todo.

MÉTODOS

Para viabilizar a realização desse estudo, utilizamos o método qualitativo que vai ao encontro do objetivo de obter conhecimento através do detalhamento de fenômenos como vivências, sentimentos, pensamentos e emoções que se tornam difíceis de ser compreendidos por outros meios de pesquisa. Esse método tem se mostrado especialmente adequado no estudo de questões controversas, principalmente em estudos de gênero. É considerado uma maneira importante de pesquisa, tendo em vista que permite, entre outras coisas, destacar o que os (as) participantes dizem “em suas próprias palavras” (Carrilho & Sánchez, 2004, p. 86).

Participaram deste estudo oito mulheres com idades entre 22 a 44 anos que se identificam como lésbicas. A seleção das participantes foi realizada através da técnica *Snowball Sampling* (amostragem por bola de neve) e teve como ponto de partida o contato com ONGS que defendem a livre expressão sexual, localizadas na cidade de Porto Alegre. Esta técnica é sugerida em pesquisas como a de Andréa Cechin (2005) e Adriana Numan (2003) por se tratar de pessoas que geralmente convivem em grupos cujos membros se conhecem entre si, como as comunidades homossexuais de gays e lésbicas e também pela dificuldade de identificação desta população, uma vez que muitos ainda optam por viver sem o reconhecimento de sua orientação sexual.

A partir do encontro inicial com os coordenadores de duas ONGS em Porto Alegre, estabelecemos o contato com a primeira participante desse estudo. Após a realização de cada entrevista, foi solicitada a indicação de uma nova pessoa. Realizamos quatro entrevistas com lésbicas que são envolvidas no movimento LGBT. Mas, com o objetivo de poder conhecer a realidade de lésbicas que não participam ativamente desses movimentos, reiniciamos os contatos a partir da indicação de pessoas ligadas ao círculo de amizades de uma das autoras deste artigo. Nessa seqüência, realizamos mais quatro entrevistas, seguindo as indicações advindas das próprias entrevistadas. Todas participantes possuem nível superior, atuando na área da contabilidade, direito, educação, psicologia e serviços públicos. Fazem parte tanto da classe social baixa quanto da classe média da sociedade.

Os dados foram coletados por meio de entrevista narrativa, na qual as participantes foram solicitadas a relatar suas experiências no processo de se reconhecerem lésbicas, bem como suas vivências quanto à sua orientação sexual. Esse tipo de entrevista é indicado para pesquisas qualitativas por ser considerado não estruturado e de profundidade (Jovchelovitch & Bauer, 2002).

A idéia básica da entrevista narrativa é reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva do informante. Considera-se que, através da narrativa, as pessoas lembrem fatos que aconteceram em suas vidas, coloquem as experiências em uma seqüência, encontrem possíveis explicações e joguem com a cadeia de acontecimentos que constrói vida individual e social (Jovchelovitch & Bauer, 2002). Tendo em vista que a entrevista narrativa necessita de uma situação que encoraje e estimule a entrevistada a contar a história sobre os acontecimentos de sua vida e seu contexto familiar e social, foi utilizada como tópico introdutório a seguinte questão: Conte sobre suas experiências no processo de se reconhecer lésbica e fale de suas vivências no que se refere à sua orientação sexual.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, com o consentimento prévio de todos os participantes, que também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a análise dos dados, optamos pela análise de discurso. Mais especificamente, foi adotada a análise de discurso associada ao pós-estruturalismo de Michel Foucault (2002; 1988). Este tipo de análise está interessado não nos detalhes de textos falados e escritos, mas

em olhar historicamente os discursos, bem como conceber que os discursos são sempre produzidos em razão de relações de poder que, por sua vez, fazem emergir inúmeros saberes (Ficher, 2001; Narvaz, Nardi & Morales, 2006).

Para Michel Foucault (1986), as palavras são construções e a linguagem constitutiva de práticas sociais que se encontram permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. Assim, a análise de discurso, baseada na perspectiva de Foucault, refere-se a um esforço de interrogar a linguagem presente nos discursos de lésbicas, perguntando de que modo a linguagem é produzida e o que determina a existência daquele enunciado singular e limitado. Trata-se de “mapear” os ditos, sempre levando em consideração que há possibilidades de discursos, ou seja, que o discurso não tem apenas um sentido, uma verdade, mas uma história.

Consideramos que, através desse tipo de análise, é possível compreender e desvelar a formação discursiva dominante presente nos discursos de lésbicas que, por sua vez, repercutem na maneira de compreender o mundo e a si mesmas. Essa compreensão não é determinada pela natureza em si, mas pelos processos sociais que, por exemplo, normalizaram ou naturalizaram a forma de se relacionar e viver sua sexualidade.

Contudo, fazer análise do discurso implica questionar os pressupostos nos quais nos apoiamos para dar significado às coisas, tornando-se adequada a proposta desta pesquisa, por envolver um tema que interroga a norma social vigente da heterossexualidade compulsória (Swain, 2004; 2007), uma vez que procuramos descrever o processo de reconhecer-se lésbica e dar voz às mulheres que vivenciam esta orientação sexual.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O *corpus* desta pesquisa consiste nas narrativas de lésbicas em relação ao processo de reconhecimento de sua orientação sexual, envolvendo suas vivências e experiências no campo da sexualidade. Além disso, consideramos suas percepções no que se refere à visibilidade e invisibilidade que permeiam suas relações sociais e familiares.

Buscamos explorar os discursos, compreendendo que são construções históricas e políticas, implicadas nas redes de relações sociais. Essa análise envolve o esforço de interrogar a linguagem, ou seja, o que realmente foi dito na sua intensidade, ao invés de realizar interpretações ou desvelamentos na busca de verdades e de sentidos ocultos no discurso, como nos adverte Martha Narvaz, Henrique Nardi e Bianca Morales (2006). Assim, “trabalhar com os relatos, a partir dessa perspectiva, é tomá-los como um campo de possibilidades e de atravessamentos de discursos” (Moreira, 2008, p. 17). Cabe ressaltar que, para apresentar a análise dos discursos, utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade das participantes.

As entrevistas representam um momento de reflexão sobre o processo de cada participante. Nesse momento de resgate de suas trajetórias de vida, algumas entrevistadas comentam sobre sua auto-percepção enquanto lésbicas, através das lembranças de brincadeiras, experiências e descobertas vivenciadas na infância: “sabe aquela curiosidade”? Estávamos brincando de namorada, de mãozinha dada e aí rolou aquela coisa de selinho, mas aquilo já me deu um opa! (...) foi uma coisa que mexeu, que me marcou tanto que eu falo sobre isso até hoje” (Fabi, 42anos). Outras participantes comentam que a descoberta sobre sua orientação sexual ocorreu a partir da adolescência: “(...) eu tinha 12 anos. Estudava numa escola de freiras, no interior. Lá nessa escola tinha uma professora de educação física que era muito legal e eu me apaixonei por ela” (Joana, 44anos). Mas, de um modo geral, elas consideram que sua auto-afirmação, o reconhecimento para si mesmas, ocorreu com a maturidade, ao iniciarem a vida adulta, como exemplo: “com 24, 25 anos eu decidi o que queria (...) agora eu já estou com 42 anos, já tem um tempo aí... (risos) já tenho minha opinião formada” (Fabi, 42 anos).

Em relação ao processo de reconhecimento de seus desejos, da orientação sexual, de assumirem para si mesmas sua identidade enquanto lésbicas, o que percebemos é que não foi algo fácil de ser enfrentado em suas vidas. O temor do desconhecido provoca medo, angústia, receio, conflitos: *“Aquilo me fez pensar assim, pro resto da vida que eu poderia ser lésbica. Aquele beijo inocente... Porque eu cai por cima dela, na brincadeira, brincadeira de criança, e daí eu fiquei com muito medo de ser lésbica”* (Maria, 24 anos).

Algumas participantes conseguiram identificar que esses medos e temores, que repercutiram na dificuldade de seu processo de auto-aceitação, estão permeados pelos discursos presentes em suas famílias, na escola, por concepções religiosas, como encontramos nos relatos: “eu achava algumas mulheres interessantes, mas eu achei um jeito de suprimir isso. Achava errado, isso não é certo. Como eu venho de uma família evangélica da Igreja Adventista do Sétimo Dia, eu achava errado isso” (Rosa, 42 anos). “Com as meninas da minha idade eu sentia que não podia me abrir e na escola de um modo geral você imagina aquele bando de freira e as questões religiosas, que era pecado, e eu sofri muito” (Joana, 44 anos).

No que se refere a estas vivências de repressão e sofrimento, evidenciadas nas narrativas das participantes, Michel Foucault (1988; 1996) nos possibilita compreender a experiência ao dizer que a sexualidade é produzida e regida por múltiplos discursos que são apresentados como “verdades” a respeito do corpo e seus prazeres, denominados dispositivos da sexualidade. A partir desta concepção, Guacira Louro (2007) também comenta que os discursos advindos da família, escola, mídia, igreja, lei, participam da produção de uma pedagogia da sexualidade e de gênero que institui a heterossexualidade como a norma e proclamam que a natureza humana é o desejo pelo sexo oposto ao seu. A autora, nesse sentido, nos faz um convite à reflexão: qual a necessidade de que “a norma” seja constantemente reiterada? Se a heterossexualidade é algo que acontece naturalmente, se esta é “a verdade”, em relação às experiências humanas, quais os motivos de tantos esforços para se afirmar e reafirmar essa forma de sexualidade?

Ao adotarmos uma posição mais crítica diante da realidade que nos cerca, passamos a perceber que tais discursos agem por meio da opressão, definindo os padrões de comportamentos e de condutas, rejeitando e invisibilizando as diferenças existentes entre os sujeitos (Butler, 2003). Em relação às mulheres, estas normas ainda instituem que “ser mulher” é vivenciar os desejos voltados exclusivamente ao amor, à maternidade e ao casamento, circunscrevendo as possibilidades válidas e inteligíveis de viver os corpos, prazeres e relações afetivas, dentro de um modelo denominado de heteronormatividade compulsória (Swain, 2002; 2007; 2008).

Nas narrativas das participantes, tornam-se explícitas as pressões para que elas restringissem seus desejos e experimentassem sua sexualidade no modelo proposto de heteronormatividade compulsória. Isso se apresenta nesta entrevista, quando a participante comenta a relação com sua mãe, percebendo suas expectativas:

Querida que eu desse neto. Ela queria muito ter netos. Foi uma experiência assim... no início foi quando eu ainda era adolescente, imatura e tal, essas coisas ainda me tocavam, me preocupavam, me deixava meio assim, será isso mesmo que eu quero? Mas na verdade eu tava transferindo as coisas, muito preocupada com a minha mãe, com a vontade da minha mãe e não comigo... (Fabi, 42 anos).

De modo geral, as participantes comentam que se envolveram em relacionamentos heterossexuais, sentindo-se influenciadas pelas pressões exercidas nas suas relações de convívio e que, por algum motivo, percebiam que se tratava da única possibilidade viável, como no exemplo desta entrevista:

Eu cheguei a namorar e tudo, mas mais por uma questão das amigas, da gente sair juntas e todo mundo fica... E o menino quer que fique com amigo daquele menino, pra não sair sozinha e tal... Até porque eu tenho 38 anos. Nasci em 1970. Então não era tão fácil da gente sair, a gente não saía sozinha com 15 anos, tinha um grupo, a mãe e o pai levavam (Lúcia, 38 anos).

Nesse sentido, Antônio Paiva (2007) comenta que, na construção na subjetividade e apropriação da identidade homossexual, algumas pessoas experimentam um período de indistinção, de viver na fronteira que ele denomina de período “fazer o gênero”. Essa perspectiva nos pareceu ser realmente o que as participantes experimentaram nas suas vidas, um período de ter “namoradinhos”, de “ficar com os meninos”. Algumas, inclusive, chegaram a ficar noivas e uma até se casou. Entretanto, o sentimento presente

nestas experiências é o de estarem vivendo na mentira, no disfarce, “de adaptação de um roteiro biográfico que lhes escapa” (Paiva, 2007, p. 27)

Passamos a compreender que o processo de auto-aceitação enquanto lésbica, que repercute em realmente assumir para si mesma os seus desejos sexuais, acaba sendo um processo de lutas e renegociações das pressões externas e resistências internas, tal como se faz presente nas observações de Tereza de Lauretis (1990) e, de uma forma explícita, nas palavras da participante:

A minha irmã até me falou uma vez, porque tu vai noivar com esse cara, se não é isso que tu quer, entendeu? (...) As pessoas já enxergavam isso em mim. E eu lutei contra isso, contra o preconceito. Eu lutei contra o meu preconceito mesmo, que eu não queria isso. Tava me forçando e eu não queria... (Alice, 30 anos).

Ultrapassar as experiências de viver na invisibilidade e na “mentira” quanto à orientação de seus desejos e sexualidade é o que se fez presente na narrativa de todas as participantes, como segue: “eu tinha conseguido ufa! Sair da mentira (...) Fiquei aliviada nesse aspecto. De ah! Chega! Agora não preciso mais mentir. Seja lá o que for...” (Fabi, 42 anos). Percebemos que, nesse momento, inaugura-se a atitude de se “assumir”, “abrir o jogo”, “botar as cartas na mesa”, “explicitar” (Paiva, 2007) ou, na expressão denominada por Eve Sedwick (1990), “sair do armário”.

Nesse processo, as participantes ressaltaram a importância em suas vidas de assumir sua orientação sexual para a família mas, ao mesmo tempo, reconhecem como sendo uma tarefa muito difícil: “Dentro da família também era difícil, a minha mãe foi muito difícil!” (Lúcia, 38 anos). “E pra minha família foi muito difícil, pro meu pai eu só contei oito meses depois, contei por telefone. Porque ele viria pra cá e queria ficar aqui e eu não iria fingir que dormiria num quarto e a C. no outro” (Maria, 24 anos). “Só fiquei preocupada mesmo com a minha mãe, com a minha família, com a opinião deles, se eles iriam me aceitar, mas com o resto não” (Fabi, 42 anos). Porém, o que percebemos é que, mesmo diante de seus temores, as participantes enfrentavam esse desafio. Na experiência de “revelar seu segredo”, “sair do armário” para

seus familiares, disseram ter encontrado o apoio e identificaram que o primeiro impacto da revelação é de surpresa, decepção e até mesmo revolta:

Mas um dia eu resolvi me abrir para meu pai. Ele ficou em choque, não falou nada, parecia a expressão de que alguém tinha morrido. Mas depois que a gente seguiu conversando ele chegou para mim e disse que ele continuava me amando e como filha dele, ele iria me *apoiar* (Joana, 44 anos).

A minha mãe voltou do mercado ela intuiu alguma coisa, foi me procurar e me encontrou na escada com a minha amiga. Ela começou a brigar, tive que segurar a minha mãe e pedi para minha amiga sair. Depois continuamos a brigar e minha mãe jogou o molho de chave no meu rosto e disse que preferia ter uma filha puta ou morta do que ter uma filha lésbica. Passaram quatro meses sem a gente nos falar, (...) eu achava que tinha que partir dela uma atitude de aproximação. E foi o que aconteceu. Ela não me pediu desculpas, nem falou nada, mas me abraçou e ambas começamos a chorar. Choramos muito e reatamos a relação. Hoje ela aceita (Fabi, 42 anos).

Identificamos que o apoio da família é algo realmente importante na vida das participantes. Consideram que esse apoio repercute no fortalecimento da auto estima, de se sentirem bem consigo mesmas: “sinto que na minha vida a auto estima me ajudou muito, encontro-me fortalecida e sem dúvida o apoio do meu pai me ajudou imensamente. Acho que a adolescência não teria sido a mesma se não fosse pelo apoio dele” (Joana, 44 anos). “A gente quando tem a base, o alicerce aí vai. Mas se a coisa já começa ali na tua casa, na tua família dando errado, já não te aceitando, te discriminando, te rejeitando mesmo, aí fica complicado” (Fabi, 42 anos).

Percebemos que, mesmo após a recusa dos padrões da heteronormatividade impostas pelo social, elas continuam a se mostrar vulneráveis em sua subjetividade quanto às questões de gênero (Heaphy, 2007). Os valores atribuídos ao gênero feminino, voltados às relações familiares, envolvendo uma dependência afetiva com suas relações de origem, são

internalizados e reafirmados a todo o momento, atuando como uma “matriz” de percepções, apreciações e ações, num processo denominado por Pierre Bourdieu (1977) de “habitus”.

Ainda em relação a seus familiares, também demonstram ter a consciência de que revelar o seu “segredo” pode repercutir em agressões e violências, mesmo diante de alguns avanços e conquistas quanto à liberdade sexual, como apresentam em seus relatos: “a gente têm muito medo dessa represália, que é muito violenta” e segue: “o mais grave é que os próprios irmãos acham legítimo espancarem, estuprarem, abusarem dessas meninas para elas aprenderem a ser, para elas aprenderem a gostar de homens” (Rosa, 42 anos). O que percebemos, então, é que denominar-se lésbica é afrontar a norma, é expor-se à agressão, é desafiar a morte no combate dos corpos disciplinados e, assim, como nos diz Tânia Swain (2007), o silêncio acaba se tornando uma das estratégias utilizadas para conjurar o medo que desperta.

Silêncio e invisibilidade são palavras que se inserem nas vivências das participantes. Durante muito tempo, e por meio dos depoimentos, nos arriscamos a dizer que ainda permanece, a denominação lesbiana serviu como um modo de marginalizar as mulheres, as quais sentiam-se atraídas pelo mesmo sexo, com objetivo de controlá-las. Também estabelece a fronteira entre a mulher normal – feminina e necessariamente heterossexual – e a anormal e desviante, aquela que ousava ultrapassar os limites impostos pela sociedade patriarcal, falocêntrica e machista (Chamberland, 2002). Assim, “*ser uma mulher que não pertence a nenhum homem é ser invisível, patética, inautêntica e irreal*” (Gross apud Gomide, 2007, p. 414).

Diante dessa realidade, não é difícil compreender que, no que se refere às experiências de revelar sua orientação sexual, as participantes demonstraram ter sentimentos ambivalentes nas negociações entre público e privado. Durante muito tempo, a sexualidade era considerada um aspecto da intimidade de cada indivíduo e, como tal, era um assunto restrito à vida privada. No entanto, influenciadas pelo pensamento e reflexões pós-estruturalistas de Michel Foucault (1988), as teóricas feministas nos revelam que a sexualidade é também política, pois, como nos diz Judith Butler (1998), o sujeito é constituído discursivamente, é contingente e político, em todos os sentidos e aspectos de sua vida. Na visão

de Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado (2008, p. 81), a transformação de experiências da vida privada, em experiências e temas públicos, pode repercutir em processos de conscientização política que, além da informação, implicariam na resignificação de valores interiorizados, formas de ações coletivas, instituições e práticas culturais.

Porém, ousar viver seus amores e torná-los públicos acaba sendo um dilema na vida de nossas entrevistadas. Nesse sentido, Eve Sedwick (1990) comenta que existem pouquíssimas pessoas que não estejam no armário, com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante, assim como segue neste depoimento:

Essa história que fala assim, ah! Porque não saem do armário... É conto de fadas assim. Porque não tem como sair do armário no teu trabalho, não tem como sair do armário com teu sogro, não tem como sair do armário com teu médico (...) Porque infelizmente é uma sociedade super mega machista, que a heterossexualidade é a norma, não tem como fugir da norma, então... tem que ter auto-cuidado assim (Clara, 38 anos).

Silvia Gomide (2007) também revela que “ninguém está o tempo todo no armário e sair ou entrar dele faz parte dos cálculos dos custos e benefícios da ação” (2007, p. 390). Assim, identificamos que as participantes reconhecem que acabam cedendo às pressões sociais e se colocando nesse lugar de invisibilidade, que repercute em legitimar o espaço privilegiado da heteronormatividade: “Porque acaba que é tanta pressão, que a gente também não naturaliza, essa situação. A gente acaba entrando nessa engrenagem de: “Aí, não visibiliza, ou aí... não conta”. Porque acaba que a gente acaba entrando nessa lógica de sigilo assim” (Clara, 38 anos). Mas o sentimento que prevalece, que de alguma forma grita em seu íntimo, é a busca por uma autenticidade, por poder sentirem-se inteiras, sem segredos, como aparece nesse relato: “mas não é isso que eu quero para mim. Quero poder estar inteira e completa. Poder mostrar realmente quem eu sou. De verdade, sem ter que esconder” (Paula, 24 anos).

As participantes comentam que conseguem revelar sua orientação sexual aos poucos, principalmente quando se sentem seguras e confiantes nas relações que estabelecem em suas amizades e no trabalho. Nesse sentido, reconhecem que, em nossa sociedade, ainda existe muito preconceito a ser trabalhado, desmistificado, como nos comentários que segue:

O único lugar que eu não me exponho de verdade é no meu trabalho (...) O meu chefe é gay (...) ele é super bem visto dentro da empresa, o pessoal lá de São Paulo sabe, todo mundo sabe. Mas o pessoal fala, fala pra mim, fala pro outro... Ah... Porque o veado do fulano, que o não sei o que... Falam. Sempre falam. E eu não quero, acho que não preciso passar por isso... (Alice, 30 anos).

O trabalho, como demonstram pesquisas recentes (Gedro, 2006; Suter et al. 2006), pode representar uma tensão, ser o espaço onde não se sintam seguras contra a represália. Ao mesmo tempo, o trabalho representa o espaço onde podem encontrar a autonomia, pois para seguirem em frente, viver suas vidas, apesar de tantas pressões, elas procuraram ser independentes, ter seu auto-sustento garantido, para não viver na dependência nem seguir as regras impostas, como nos revela esse depoimento:

Em prol dos outros, do que a sociedade acha certo, correto, normal. Então... Pra tu ser normal tu teria que seguir algumas regras, e essa quebra eu acho que é a parte difícil. Depois que tu quebrou... que tu diz “não”! Ninguém paga as minhas contas para querer ditar, dizer que tem que fazer assim ou assado. Que aí a coisa se torna mais tranqüila (Lúcia, 38 anos).

Diante da questão de assumir publicamente sua orientação sexual, percebemos diferenças de opinião entre as participantes que são militantes e aquelas que não se envolvem nos movimentos feministas e LGBT. Em especial,

as militantes consideram fundamental o ato de assumir publicamente sua orientação sexual com objetivo de promover mudanças no contexto social:

Não que eu precise chegar assim e ter que contar, até porque quando tu te apresenta para as pessoas elas também não chegam te dizendo que são heterossexuais, não tem que ser um rótulo (...) Mas eu acho que hoje, hoje, é necessário muito se expor, pra amanhã, amanhã que eu digo assim, metafóricamente, daqui há alguns anos, meus netos, minhas netas, não precisem estar lutando pra ter espaço (Maria, 24 anos).

No entanto, as participantes que não fazem parte dos movimentos de militância demonstram que preferem adotar posturas de “discrição”: “aquela coisa velada de: “eu sei, mas vou ficar na minha”. “Para mim isso que me importa: me respeita que eu te respeito! “Se percebeu ou não percebeu, a mim não afeta”. Desde que não me agrida, não me ofenda” (Fabi, 42 anos), que, como nos apresenta Antônio Paiva (2007), trata-se de um movimento contra a exposição, de manter uma determinada distância que lhes permitam uma fluidez de movimentação nas micro Redes de relações sociais das quais participam. Não significaria ainda manter o segredo, esconder o relacionamento, mas de livrá-lo de uma exposição desnecessária, almejando desfrutar de uma vida sem limites impostos de distanciamento e segregação entre o “nós” e os “outros”. Nesse sentido, percebemos um ponto de intersecção de postura política entre as participantes, pois todas desejam ser respeitadas enquanto pessoas, conforme depoimento:

Não é que eu preze pela igualdade, num sentido de... é que eu prezo que as pessoas sejam respeitadas em suas diferenças. Que elas tenham os mesmos direito de ir e vir de estar se relacionando. Que na realidade cada pessoa é única e deve ser respeitada na maneira como escolheu viver, com seus desejos, gostos e preferências respeitados (Joana, 44 anos).

Para promover a mudança do paradigma atual, consideramos ser interessante adotar uma postura crítica de desconstrução dos modelos fixos, normativos e essencialistas que penetram no imaginário social e acabam por construir representações e discursos sociais estigmatizantes e preconceituosos. As participantes almejam, através do aumento da visibilidade social, promover o rompimento e a dissolução de estereótipos e de mitos proclamados nos mais diversos contextos, como podemos identificar na seguinte narrativa:

As pessoas têm no imaginário que as lésbicas são perigosas, que vamos atacar as mulheres (...). Isso não é verdade, isso seria uma violência, seja numa questão homossexual ou heterossexual (...), e se eu me aproximar de uma lésbica eu vou me tornar lésbica também. Isso circula no imaginário e não é bem assim, por isso a importância de informar e conscientizar as pessoas (Joana, 44 anos).

Igualmente comentam o que circula no meio social: que ser lésbica é ser “sapatão”, “caminhoneira”, “mulher-macho”, “mal amada”, “desprezada” (Perrin & Chetcuti, 2002; Perucchi, 2001; Swain, 2007). Porém, o que de fato as participantes demonstraram é que: “tu te afirmar com relação à homossexualidade, não é exatamente que tu tem que assumir um estereótipo masculino, porque tu te relaciona com outra mulher” (Lúcia, 38 anos); nem que o desejo por mulheres estaria diretamente relacionado com uma experiência negativa com homens: “eu não tive... principalmente prática sexual com homens não. Mas não tem haver com ódio” (Lúcia, 38 anos); “Não foram experiências tão ruins, de repudiar os homens, mas a minha preferência mesmo é com mulheres. Aí é que eu me sinto bem comigo mesma” (Paula, 24 anos).

Questionar tais estereótipos significa problematizar as representações que pretendem inviabilizar a discussão em relação às “verdades” naturalizadas acerca do binarismo fixo de homem/mulher, que pressupõe uma estabilidade entre sexo, gênero e desejo (Butler, 2003). As teóricas feministas, Céline Perrin & Natacha Chetcut (2002), também nos fazem refletir sobre a “performance”, a “encenação” dos corpos dessas mulheres, numa perspectiva para além das

aparências e ainda questionam: “em que medida o estereótipo da lésbica masculina estrutura suas representações?” (2002, p. 6). As respostas se fazem presentes nas palavras das próprias participantes:

Teve uma época que eu era bem masculina, o corpo meio que falava assim, né. Usar o cabelo extremamente curto, quase raspado, calça, sapato, camisa. E depois tu vai vendo que não é isso que te assume a tua identidade. Não é isso que te faz mostrar para as pessoas que tu tem um lugar no mundo, que tu tem que ser respeitada, acho que o que faz mais tu ter este lugar no mundo, é a tua visibilidade é as posturas que tu tem dentro da sociedade (Lúcia, 38 anos).

A gente gosta de definir lugares. Esse é o grande problema, a gente gosta de definir com um rótulo bonitinho, dizer que essa pessoa é assim, ela tem isso e isso. Ah... bom, se ela é lésbica, ela tem que ser assim e assim. E tu vai ver que não é isso que acontece. A gente tem uma gama de pessoas completamente diferentes dentro dessa lésbica... (Lúcia, 38 anos).

Nesse sentido, Guacira Louro (2004) nos apresenta que se constituir sujeito não se restringe a uma única categoria fixa, uma vez que se evidencia uma gama de possibilidades de existência que, de maneira fluida, pode alterar-se, transformar-se, multiplicar-se. Assim, percebemos que estamos diante de um movimento de desconstrução de oposições binárias, de fragmentação dos pólos, demonstrando sua diversidade e pluralidade que, de certa forma, se fazem almeçadas nos relatos dessa entrevista:

Até eu preferiria, que as pessoas seguissem essa tendência não fisicamente, mas internamente mais *quee*, que pudessem transitar entre um sexo e outro entre um gênero e outro e ah... Porque eu acho que sei lá, que o mundo ta indo mesmo nessa perspectiva, de não delimitação assim (Clara, 38 anos).

A partir desse movimento de desconstrução, somos levadas a refletir sobre o processo de construção de uma identidade lésbica. O pensamento feminista e pós-estruturalista nos auxilia a inaugurar outro estilo de pensamento que rejeita verdades, identidades fixas e coletividade única. Michel Foucault (1981) também nos apresenta que a questão da identidade não estaria em torno do dilema “Ser ou não ser lésbica?”, “Quem sou eu?” e “Qual o segredo de meu desejo?”, mas sim em: “Quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade?”. E, nesse sentido, entende-se a identidade como fluida, múltipla, para além de uma identidade sexual, que estaria relacionada com questões de gênero, raça, etnia, classe social, etc. É interessante notarmos que essa perspectiva já se faz presente no campo de percepções de nossas entrevistadas, como evidenciamos claramente nesse depoimento: “eu não digo que a primeira característica minha é ser lésbica, eu tenho outras características (...) . Antes de ser lésbica, eu sou a Maria, eu sou mulher, eu sou várias outras coisas além de ser lésbica” (Maria, 24 anos). “Sou, professora, mulher, lésbica, (...) ser lésbica... Isso é uma das minhas identidades, não é a única que eu tenho, eu tenho várias, então não é a única” (Lúcia, 38 anos).

Então, diante dessa diversidade, também podemos perceber que os desafios que acompanham a trajetória dessas “mulheres que amam mulheres” são igualmente múltiplos, como foi expresso, de modo mais explícito, por duas participantes: “porque tem a questão de ter vivido sempre com condições econômicas muito desfavoráveis né, isso também é um complicador bastante grave, ser mulher já é bem grave porque é complexo, então eu já chamo de múltiplos desafios” (Rosa, 42 anos). “Eu sou negra e sempre tive que enfrentar esse preconceito da minha cor, mas aí eu tenho que lidar com o preconceito de ser uma mulher e uma mulher que gosta de outra mulher, então o preconceito de ser lésbica” (Paula, 24 anos).

Portanto, a partir da análise dos discursos das participantes, consideramos que o processo de conhecimento, ou o processo de reconhecimento, não pode ser entendido como algo alheio às redes de poder. Nesse sentido, evidenciamos interferências na construção da subjetividade, no momento em que criam espaços de fala, propõem verdades, produzem exclusões, delimitam

funções e comportamentos (Selém, 2006). Assim, também reconhecemos que, em nossa sociedade, a multiplicidade do desejo é obscurecida, negada e desqualificada por representações sociais que exigem a correspondência exata de gênero e sexo, que naturalizam o binário heterossexual (Swain, 2002), de uma maneira especial na vida destas mulheres. Todavia, apesar de todos os dilemas, dificuldades e enfrentamentos nestes processos de auto-aceitação, visibilidade e reconhecimento, quanto à orientação sexual, a mensagem que se destaca nas próprias vozes das participantes é: “fácil? Não foi nem um pouco assim... Foi bem complicado, mas eu acho que valeu a pena...” (Clara, 38 anos). “Eu me sinto bem com isso, de poder estar vivendo a minha vida do meu jeito” (Paula, 24 anos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da narrativa de trajetórias de vidas de mulheres lésbicas, relacionadas ao processo de reconhecimento e as experiências e vivências no que se referem à orientação do desejo e sexualidade, as participantes dessa pesquisa permitiram nos aproximarmos de suas realidades, modos de existir e se relacionar. Trata-se de uma proposta que buscou a quebra e rompimento com o “pacto de silêncio”; de inserir na escrita e tornar público o que até então não se fazia possível ou inteligível, o que por muito tempo se manteve fora da história da humanidade, silenciado, apagado, pois como nos diz Tânia Swain (2007, p. 14): “o que a história não diz... nunca existiu!”.

No momento em que assumimos a postura de dar voz e visibilidade às “mulheres que amam mulheres”, passamos a revelar que não existe a “verdadeira mulher”, tampouco “a verdadeira lésbica”, mas mulheres, múltiplas mulheres, de diferentes gostos, cores, preferências, estilos, comportamentos e tantas outras possibilidades. Portanto, ao questionarmos “quem são estas mulheres?”, nos inserimos no movimento feminista pós-estruturalista que vem problematizando as narrativas que apresentam a heterossexualidade como a evidência natural das mulheres.

Tânia Swain (2007) nos diz que denominar-se lésbica atualmente não tem a mesma conotação e simbolismo que já teve em outras épocas. Realmente,

as construções são históricas e permeadas por questões culturais e políticas. No entanto, o que percebemos é que, mesmo frente aos movimentos feministas e LGBT, que conquistaram importantes avanços quanto à liberdade sexual, o que permanece é a noção de anormalidade, de desvio e transgressão quando as mulheres não seguem a linearidade de sexo, gênero e desejo (Butler, 2003). Neste sentido, o que se quer é poder expressar um modo de vida, que não seja nomeado como “alternativo”, mas de simplesmente ser um modo de existir público e abertamente, tendo os seus direitos respeitados (Louro, 2007).

Ao interrogarmos os discursos, que promovem identidades fixas e constroem noções de sujeitos, a partir da perspectiva das próprias mulheres, o que evidenciamos é que a diferença se faz dentro da própria diferença, como já havia sido declarado por Joan Scott (1988). Estas mulheres que amam mulheres não formam um grupo homogêneo, como também nos apresenta Céline Perrin & Natacha Chatcuti (2002). Em nossa pesquisa, observamos que elas se distinguem em suas experiências e contextos sociais, pelo modo de construir sua subjetividade e identidade, nomear seus desejos sexuais, de reconhecê-los a si mesmas, de assumir ou não publicamente, de exteriorizá-los em sua aparência e jeito de ser, assumindo nuances mais masculinas, femininas, *queer*, andróginas, entre todas as possibilidades ou invenções de sua “performance”. Diferenciam-se ainda quanto à sua classe econômica, sua raça, suas crenças, suas relações familiares e afetivas, com amigos próximos e relações de trabalho. São ainda divididas, segundo suas visões e engajamentos políticos, mas se assemelham quanto ao desejo de ser respeitada, tal como se traduz na fala desta participante:

A gente deseja ser respeitada como pessoa e isso ainda tem que ser muito trabalhado em nossa sociedade. A gente vai ao banheiro como todo mundo, a gente vai ao cinema, vai ao shopping, vai num parque, é mãe, mulher, trabalhadora e muitas vezes não somos respeitadas como pessoa e que tem os seus direitos enquanto tal. A discriminação e o rechaço da sociedade é muito grande. Ainda tem muito que se trabalhar dentro dessas questões (Joana, 44 anos).

Devido a tanto tempo de silêncio, de invisibilidade e de terem sido impedidas de proclamar seus amores, seus estilos, jeito de ser, consideramos fundamental dizer que ainda temos muito a trabalhar, discutir e refletir sobre a questão de visibilidade social de mulheres lésbicas. Portanto, visualizamos que muitas histórias ainda poderão e serão contadas, com objetivo de demarcar suas vidas e existências.

Entrar em contato com a realidade, as vivências e experiências que fazem parte da vida das participantes desta pesquisa, proporcionou que os mitos e estereótipos que rondam o universo das mulheres que se identificam como lésbicas, tais como “ser lésbica é ser mulher macho, sapatão”, “são lésbicas porque tiveram alguma relação frustrada com homens e na verdade aguardam um homem que a satisfaça”, “ser lésbica é ser pervertida” (Toledo, 2007), tenham sido totalmente desmistificados. Assim, ao invés de silenciar, a necessidade é auxiliar na desconstrução de conceitos tidos como “verdades absolutas” em nossa sociedade. O medo da discriminação e rechaço leva estas mulheres a enfrentar dilemas e inseguranças nas relações na escola, no trabalho e até quando vão realizar consultas médicas. Dizem, inclusive, que quando vão ao ginecologista, são atropeladas por perguntas e recomendações quanto ao uso de anticoncepcionais, camisinha e questões relacionadas a uma vida sexual com homens, não percebendo abertura para poder falar de sua sexualidade.

Contudo, compreendemos que, para as participantes, o fortalecimento da autoestima é fundamental no processo de reconhecimento, de autoafirmação e visibilidade social de sua orientação sexual. Assim sendo, consideramos importante a implementação de intervenções psicossociais, nos mais diversos contextos, como no local de trabalho, na escola, na comunidade, com o objetivo de promover o empoderamento das “mulheres que amam mulheres” e multiplicar o processo de rompimento com o “pacto de silêncio” presente em suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, M. Paradoxos da Identidade: A Política de Orientação Sexual no Século XX. *Revista Sociologia Política, Curitiba*, v. 14, p. 163-171, 2000.
- BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, 248p.
- BRAIDOTTI, R. *Sujeitos Nômades. Corporización y Diferencia Sexual en la Teoría Feminista Contemporánea*. México: Paidós, 1998, 256p.
- BRITZMAN, D.P. O Que é essa Coisa Chamada Amor: Identidades Homossexuais, Educação e Currículo. *Educação e Realidade*, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996.
- BUTLER, J. Fundamentos Contingentes: o Feminismo e a Questão do Pós-Modernismo. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 11-42, 1998.
- _____. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 236p.
- CARRILLO, M.J., SANCHES, E.T. Metodología y Procedimientos de Análisis. In Barberá, E., Benlloch, I. M. (orgs.) *Psicología y Género*. Madrid: Pearson Educacion, 2004, p. 81-106.
- CECHIN, A. F. *Vivências em Espaços Educativos Formais ou Informais e a Constituição de Identidades Homossexuais*. Porto Alegre, 2005. Projeto de Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- CHAMBERLAND, L. O Lugar das Lesbianas no Movimento das Mulheres. *Labrys: Estudos Feministas*. v.1-2, jul-dez, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/livre/htm>. Acesso em: 16 abr. 207.
- COLLING, A. A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. In STREY, M. N.; CABEDA, S. T. & PREHN, D. R. (Org.). *Gênero e*

- Cultura: Questões Contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 13-38
- CÓRDOVA, L. F. Amor Sem Vergonha: Trajetórias Pessoais e Vida Conjugal entre Gays e Lésbicas na Comunidade de Ratonés. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____. Trajetória de Homossexuais na Ilha de Santa Catarina: Temporalidades e Espaços. In Lago, M. C.; Toneli, M. J.; Beiras, A.; Vavassori, M. B. & Muller, R. C. (Org.). *Gênero e Pesquisa em Psicologia Social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 97-112.
- COSTA, C. L. O Sujeito no Feminismo: Revistando os Debates. *Cadernos Pagu*, v. 19, p. 59-90, 2002.
- EICHER, W. *Sexualidad Normal y Patológica la Mujer*. Madrid: Morata, 1978, 328p.
- FICHER, R. M. Foucault e a Análise de Discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 114, p. 97-223, 2001.
- FOUCAULT, M. Da Amizade como Modo de Vida. Entrevista de Michel Foucault a Ceccaty, Danet & le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. *Gai Pied*, v. 25, p.38-39, abril, 1981. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>>. Acesso em: 15 ago 2008.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986, 239p.
- _____. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, 152p.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996, 295p.
- _____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 262p.
- GATTI, J. Mais amor mais tesão: história da homossexualidade no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 7 n. 2, p. 145-163, 1999.

- GEDRO, J. Lesbians: identifyng, Facing, and Navigating the Duple Bind of Sexual. *New Directions for Adult and Continuing Education*, v. 112, p. 41-50, 2006.
- GODOY, R.M. Encontros prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____. Modos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. In LAGO, M.C.; TONELI, M. J.; BEIRAS, A.; VAVASSORI, M. B. & MULLER, R.C. (Org.). *Gênero e pesquisa em psicologia social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 75-90.
- GÓIS, J. B. H. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 289-297, 2003.
- GOMIDE, S. Formação da identidade lésbica: do silêncio ao queer. In GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P. & MELLO, L. (Org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 405-422.
- HEAPHY, B. Sexuality, gender and ageing: resources and social change. *Current Sociology*, v. 55 n. 920, p. 193-210, 2007.
- JOVCHELOVITCH, S., BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In BAUER, M.W. GASKEL, G. (Eds.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Manual Prático*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 90-113.
- LACERDA, M., PEREIRA, C., CAMINO, L. Um Estudo sobre as Formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15 n. 1, p. 165-178, 2002.
- LAURETIS, T. Eccentric Subjects: feminist theory and historical consciousness. *Feminist Studies*, v. 16 n. 1, p. 115-150, 1990.

- LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, R. J: Vozes, 1997, 179p.
- _____. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v. 9 n. 2, p. 541-553, 2001.
- _____. Heteronormatividade e homofobia. In: Simpósio Paraná-São Paulo de sexualidade e Educação Sexual, 1, 2005, São Paulo. *Anais I Simpósio Paraná-São Paulo de sexualidade e Educação Sexual*. São Paulo: Araraquara, 2005. 1 CD ROM.
- _____. Pedagogias da sexualidade. In Louro, G.L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 07-34.
- MOREIRA, L. A. Vida de equilibrista? Mães trabalhadoras em diferentes contextos sociais. Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MOTT, L. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, 220p.
- NARVAZ, M. Metodologias Feministas. In Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, 4, 2005, Bahia. *Anais do IV Congresso Norte-Nordeste de Psicologia*: Bahia: Salvador, 2005. 1 CD ROM.
- NARVAZ, M., NARDI, H. C. E MORALES, B. Nas tramas do discurso: A abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. *Revista de Psicologia Política* v. 6 n. 12, 2006. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=14&layout=html>> Acesso em: 28 mar 2008.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- NUNAN, A. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003, 360p.

- OLIVEIRA, C. S. de. Assumir-se lésbica: desafios e enfrentamentos. In Seminário Internacional fazendo gênero, 7, 2006, Florianópolis. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos*. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://w.fazendogenero7.ufsc.br/st_20.html>. Acesso em: 18 abr 2007
- PAIVA, A. C. S. Reserva e Invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. In GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P. & MELLO, L. (Org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p.23-46.
- PEREIRA, V.L. Gênero: dilemas de um conceito. In STREY, M. N., CABEDA, S. T. L. & PREHN, D. R. (Orgs.) *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 173-198.
- PERRIN, C. & CHETCUTI, N. Além das aparências: sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos. *Labrys: Estudos Feministas*. v. 1-2. jul-dez, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/htm>. Acesso em: 16 abr 2007.
- PERUCCHI, J. Eu, tu, elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____. Eu, tu, elas... in the ghetto: os sentidos do homoerotismo feminino sob a ótica do território. In Lago, M.C.; Toneli, M. J.; Beiras, A.; Vavassori, M. B. & Muller, R.C. (Org.). *Gênero e pesquisa em psicologia social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 61-74.
- PRADO, M. A., MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexuais: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008, 144p.
- RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: Journal of women in culture and society*, 5, p. 631-660, 1980.

- SCARDUA, A., SOUZA FILHO, E. A. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19 n. 3, p. 482-490, 2006.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16 n. 2, p. 5-22, 1990.
- SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the closet*. Los Angeles, USA: University of California Press, 1990, 269p.
- SELEM, M.C.O. A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas. *Labrys: Estudos Feministas*. v. 12, jul-dez, 2007. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys12/livre/celia.htm>>. Acesso em: 18 mar 2008.
- _____. Quem é essa mulher? lugares e sujeitos do feminismo. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_20.html>. Acesso em: 16 abr. 2007.
- STREY, M. N. Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In STREY, M. N.; CABEDA, S. T. & PREHN, D.R. (Org.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 129-148.
- SWAIN, T. N. Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? *Labrys: Estudos Feministas*. v. 1-2, jul-dez, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index.html>. Acesso em: 15 abr 2007
- _____. O normal e o abjeto: a heteronormatividade compulsória e o destino biológico das mulheres. *Labrys: Estudos Feministas*. v. 6, ago-dez, 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/index.html>>. Acesso em: 15 abr 2007.
- _____. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. In RIBEIRO, P. R. C., SILVA, M.R.S DA, SOUZA, N. G. S de. et al. (Orgs.) *Corpo, Gênero e Sexualidade: Discutindo práticas educativas*. Rio Grande: FURG, 2007.

- _____. Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social. *Labrys: Estudos Feministas*. jan-jun, 2008. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys13/leituras/anahita.html>>. Acesso em: 10set 2008.
- SUTER, E. A., BERGEN, K. M., DAAS, K. L. & DURHAM, W. T. Lesbian couples' management of public-private dialectical contradictions. *Journal of Social and Personal Relationships*, v. 23 n. 3, p. 349-365, 2006.
- TODESCHI, L. A. O ensino da história e a invisibilidade da mulher. *Ciências Sociais*, São Leopoldo: Unisinos, v. 40 n. 165, p. 153-164, 2004.
- TOURAINÉ, A. O mundo das mulheres. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, 204p.